



# Anais da Assembleia

Nº 89

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 131ª SESSÃO — (EXTRAORDINÁRIA)**  
**REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1975**  
**(Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Mesias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, João Cioni Neto, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Adalberto Daros e David Federmann (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Paulo Camargo, Maurício Fruet, Edilson Alencar, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Ivan Rüppel (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação do quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada 23 Srs. Deputados. Não há quorum para votação.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em fase de discussão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 36/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 171/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, objetivando a adequação, reequipamento, descentralização e ativação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, naquela cidade. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36/74**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE**

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 04 de julho de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, objetivando a adequação, reequipamento, descentralização e ativação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede naquela cidade.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

a) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

a) OVÍDIO FRANZONI — Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 171/74**  
**Mensagem Governamental Nº 49/74**

I — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental nº 49/74, encaminhando a este Poder Legislativo, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em 04 de julho de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, objetivando a adequação, reequipamento, descentralização, e ativação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, com sede naquela cidade.

II — A assinatura do Convênio encontra amparo legal no Art. 47, inciso IX, da Constituição do Estado, cabendo a esta Casa referendá-lo na forma do art. 22, inciso VII, da mesma Carta Estadual, o que ora fazemos com o Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) OVÍDIO FRANZONI — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36/74**

I — Tratam os Autos do Projeto de Resolução nº 36/74, ex-Proposição nº 171/74, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, objetivando a adequação, reequipamento, descentralização e ativação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado, daquela cidade, encaminhada para referendo legislativo através da Mensagem Governamental nº 49/74, de 9 de agosto de 1974.

II — Estando o Governo do Estado respaldado por permissivo constitucional para firmar acordos e celebrar convênios e havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e juridicidade da matéria em seu R. Parecer de fls., não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Resolução testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões,

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) JOÃO FADEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 36/74.

Levanta-se a Sessão.

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretaria-da pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Trajano Bastos.

À hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, João Cioni Neto, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Adalberto Daros e David Federmann (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Paulo Camargo, Maurício Fruet, Edilson Alencar, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Ivan Rüppel (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando retirada da Ordem do Dia, por 30 sessões, o Projeto de Lei nº 52/75, de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa após ouvido o Plenário seja inscrito na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ROMANO MORAS, ocorrido na cidade de União da Vitória.

Pessoa radcada a longos anos em União da Vitória, comerciante e grande industrial, foi um exemplo de trabalho e probidade, com participação ativa no desenvolvimento daquele município.

Requeiro outrossim, seja enviado cópia deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimen-

tal, requer, a V. Exa. que após ouvido o plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Cel. Perachi Barcelos, DD. Diretor do Banco do Brasil S/A., Região Sul, com manifestação de aplausos pela criação da Agência do Banco do Brasil S/A. na cidade de Palmeira, cuja instalação o povo daquele município aguarda com ansiedade, tendo em vista os altos interesses do seu desenvolvimento, especialmente agrícola.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após a manifestação do plenário, requer seja enviado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para apreciação, as seguintes sugestões:

1) — Passe a TELEPAR a exigir das firmas publicadoras de Listas telefônicas, o reconhecimento da firma nos contratos em que os assinantes pretendam fazer a inserção de anúncios ou publicidades especiais de que trata o parágrafo 1º do artigo 1, do Decreto 68.417 de 24.03.1971.

2) — Efetue a TELEPAR ampla campanha de esclarecimento aos assinantes, no sentido de esclarecer que a inclusão do nome do proprietário é feita gratuitamente, quais as empresas credenciadas a efetuarem tais publicações, bem como e se possível a comunicação direta por correspondência a todos os assinantes, inclusive da tabela de preços previamente aprovada pela TELEPAR, para inclusão de destaques ou inserção suplementar de anúncios.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1975.

a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Telecomunicações do Paraná, tem por concorrência, delegado direito a determinadas empresas particulares para a confecção, organização e distribuição de listas telefônicas. O Decreto 68.417, de 24.03.71, regula a matéria, esclarecendo que a inclusão de nome e endereço do assinante, dar-se-á sem ônus para este. Todavia permite-se a inserção de anúncios suplementares os quais devem ser especialmente contratados, com os assinantes que assim o desejarem. Ocorre que expedientes de má fé e escusos por parte, especialmente dos corretores destas empresas publicadoras, lesam e ilaqueiam a boa fé de muitos assinantes, quer com a alegação "de que se não pagarem não sairá o número do telefone na lista" ou mesmo "tomando a assinatura da pessoa não credenciada pelos assinantes" para contrato ou mesmo até com fraude na obtenção das assinaturas. As reclamações desaguam na TELEPAR que na maioria das ocorrências, é obrigada inclusive a reembolsar os pagamentos, de vez que ele mesmo se encarrega de efetuar-los diretamente dos assinantes e aproveitando-se do próprio recibo de pagamento, a fatura mensal do uso do aparelho telefônico. Ora, como exige a TELEPAR uma via do contrato em que está a prova da contratação destes serviços, nada mais importa neste para sua própria segurança, que as assinaturas destes contratos estejam devidamente reconhecidas por Tabelião. Os casos de fraude serão evitados, bem como diminuirá o vultoso número de reclamações que se verificam. Por outro lado uma campanha de esclarecimento, servirá para alertar aos assinantes e resguardar os interesses da própria TELEPAR.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI Nº 100/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal correspondente a (1/3) um terço do salário mínimo da Capital, a MARIA MACHADO DE FARIA, viúva do Sr. Júlio Ribeiro de Faria, ex-Inspetor de Quarteirão da Delegacia de Polícia do Quinto Distrito da Capital.

Art. 2º — A despesa com a execução da presente lei correrá à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1975.

a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo que o Estado ampare viúvas daqueles que dedicarem uma vida auxiliando a Administração Estadual, sem que, recebessem qualquer pagamento.

O Sr. Júlio Ribeiro de Faria, sofria de Epilepsia, face à sua doença não tinha vínculo empregatício algum, e não deixando amparo à sua viúva e quatro filhos menores.

O extinto, dedicou por 23 anos como Inspetor de Quarteirão na Delegacia do Quinto Distrito da Capital, conforme atesta a certidão anexa, onde era considerado por aqueles que o conheciam, como pessoa digna de respeito.

É tão calamitoso o estado em que se encontra a beneficiária, que não possuindo casa própria e nem podendo pagar aluguel, mora em uma meia água, localizada no terreno onde será edificado futuramente o prédio da Delegacia do Quinto Distrito.

A pretendente não tem rendimentos fixos, vive de favores ou pequenos rendimentos de serviços diários, quando assim os consegue, para o sustento de seus filhos menores.

Face ao exposto, levamos à consideração dos ilustres Pares, o presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 101/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Hospital São Vicente de Paulo, da cidade de Tomazina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1975.

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

#### JUSTIFICATIVA:

O Hospital São Vicente de Paulo é uma instituição pia, fundada em 8 de setembro de 1934, pela conferência de São Vicente de Paulo "Nossa Senhora Aparecida", tendo sua sede na cidade de Tomazina, com objetivo de prestar assistência material e espiritual aos necessitados, reconhecidamente pobres.

Assim não visa lucros e nem distribui vantagens pecuniárias aos seus associados e os cargos de sua Diretoria são exercidos gratuitamente.

A entidade preenche as disposições legais que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública (Decreto Federal nº 50.517, de 02.05.61 e Lei Estadual nº 4.399, de 17.08.61).

Dáí o projeto que oferecemos à consideração de nossos Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Começa amanhã e se prolongará até o dia 28 a comemoração de mais uma Semana do Excepcional. O programa tem por objetivo fundamental, dialogar diretamente e francamente com os pais de crianças excepcionais.

Em nosso país, onde o número de excepcionais chega quase a 6 milhões e por considerarmos uma cifra elevada, julgamos ser de grande objetividade redespertar os nossos sentimentos, no sentido de procurar por todas as formas e meios ao nosso alcance diminuir seu alto índice.

Oportuno também será dizer nesta oportunidade que o nosso Estado ainda é aquele que se destaca entre os demais, no atendimento e na ampla cobertura que dá às entidades especializadas no atendimento aos excepcionais. Registramos com satisfação o esforço do governo na procura de solução satisfatória para os problemas dos excepcionais. As decisões têm sido encaradas como medidas técnicas, alheias ao paternalismo, procurando desta forma enquadrar dentro de maneira realista com nossas possibilidades.

Existem espalhadas por todo o Estado diversas escolas pertencentes ou filiadas as APAES — Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

No Brasil, o movimento para a criação da APAE surgiu logo após a visita da Senhora Beatrice Bemis, fundadora de escolas idênticas nos Estados Unidos da América do Norte. De seu contagiante entusiasmo, surgiu o importante movimento, acabando por ser fundada a primeira APAE, em memorável reunião realizada na Associação Brasileira de Imprensa no dia 11 de dezembro de 1954. Hoje passados mais de 20 anos o seu número vai a algumas centenas. Dirigidas por Pais e Amigos de Crianças Excepcionais, elas são entidades eminentemente filantrópicas e os seus dirigentes são autênticos conhecedores dos problemas, dos seus limites, dos seus horizontes e do grau de recuperação. Por isso torna-se quase que um dever de todos nós, como cidadãos integrantes de uma sociedade e ainda como representantes do povo, em procurar sustentar os seus ideais que objetivam garantir um amanhã melhor e mais alegre para o deficiente mental.

É muito válido sempre parafrasear o grande estadista norte americano, o saudoso presidente John F. Kennedy, quando disse: SE ESTAS CRIANÇAS EXCEPCIONAIS SÃO VÍTIMAS DO DESTINO, NÃO PODEM SÊ-LO DE NOSSA OMISSÃO. Cabe-nos portanto não só pelo dever de cristão, mas como membro integrante de uma sociedade sem problemas participar sobre todas as formas com todos aqueles que se propõem a árdua, mas abnegada, missão.

Oportuno pois é este momento, para transmitirmos a nossa solidariedade a todos os Pais e Amigos e Mestres dos Excepcionais, pelo amor com que se empenham na abnegada e invejável batalha da manutenção da educação especial e o incansável trabalho da reintegração do excepcional à sociedade em que vive. Se bem que o nosso Estado tem se destacado no atendimento ao excepcional, repetimos que o momento ainda é mais oportuno para que as mãos continuem ainda mais unidas, envolvendo povo e governo para a solução de um problema que deve ser de todos nós. Assim pois quando destacamos a data em que se comemora a SEMANA DO EXCEPCIONAL, sentimos o dever de cumprimentar todos os abnegados professores da extraordinária missão, que aqui no Paraná vem sendo dirigida pela dedicada mestra MARIA LOURES CANZIANE, Diretora do Departamento de Educação Especial, da Secretaria da Educação".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-me à tribuna hoje, um problema que diz respeito à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR.

Sabem os Senhores de que as concessionárias do serviço de telecomunicações — como é o caso no Paraná, da TELEPAR — são as encarregadas de organizar, confeccionarem e distribuírem as listas telefônicas. A TELEPAR tem delegado este direito através de concorrência pública, a empresas particulares; estas empresas particulares que confeccionam, organizam e distribuem

as listas telefônicas são obrigadas a incluir, gratuitamente, o nome e o endereço de todos os assinantes, de todos os proprietários de telefones no Estado do Paraná.

Acontece que a inserção de anúncios suplementares ou mesmo serviços de publicidade, o endereço desses assinantes é feito através de um contrato de publicidade, que é pago pelos assinantes; ocorre que essas editoras, essas publicadoras, através de corretores têm usado de expedientes escusos e má fé, para enganar esse público, esses assinantes, dizendo por exemplo que, se não for pago o contrato, não sairá o nome e o endereço do assinante. na lista telefônica, dizendo por exemplo que, se não for feito o contrato, se não assinar a autorização também não sairá seu nome, quando, na realidade não é necessário o assinante dar qualquer autorização porque isto é feito por força de lei, através do Decreto nº 68.417/71, que, obriga a concessionária a incluir, em todas as listas telefônicas, o nome e o endereço do proprietário do aparelho telefônico.

O mais grave de tudo isto é que alguns corretores inescrupulosos, dessas companhias, falsificam mesmo a assinatura dos Senhores assinantes, para poderem naturalmente faturar mais, e este pagamento é feito através do próprio recibo da fatura mensal da TELEPAR.

O assinante, quando paga esse serviço, paga, junto com o recibo da taxa normal do uso mensal do seu telefone.

Ocorre ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que isto é feito através de um contrato...

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência comunica o nobre Deputado, que lhe resta 1 minuto.

O SR. NILSO SGUAREZI - Obrigado.

... com uma assinatura. E um contrato de um negócio, normal. Ocorre que a TELEPAR não exige que este contrato tenha firma reconhecida, razão porque pode até ser falsificada e muita gente, para não entrar em litígio jurídico etc. continuam pagando. É minha sugestão, enviada por requerimento para que a TELEPAR passe a exigir estas notas com firma reconhecida, para se impedir que haja na assinatura fraude e uma campanha para que a TELEPAR divulgue, publique as firmas autorizadas por ela e para evitar a picaretagem. Por falta de espaço, encaminho o presente requerimento a V. Exa. para que possa colocar à apreciação do Plenário. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vivendo a triste época que poderia ser chamada de período intenso da famosa colher de chá. É o povo de todas as camadas no Paraná e acrescente-se que este País a cada dia que passa se vê corroído nas suas economias, deprimido na sua condição de subsistência, relegado a constância de um abandono que caracteriza desde a alimentação até a cultura. Nós sabemos e o Brasil inteiro sabe que é tão cara a cultura deste País como é caro e escasso o pão para seus habitantes. O operário brasileiro relegado à fome e à miséria, cujas famílias, cujos descendentes destinados a caminhar pela estrada do analfabetismo e porque não dizer também destinado a acostar às fileiras da promiscuidade, do crime, e de toda a espécie de crimes sociais e nós sabemos que estes operários prestam grandes serviços ao crescimento deste País, ao mesmo tempo a que efetuam e a engrossar aquelas fileiras da indigência nacional.

Passo a fazer aquilo que fiz na semana passada, visitar os prontos socorros existentes em Curitiba, visitar os hospitais que receberam através de verbas do Governo, recursos para atendimento aos menos favorecidos pela sorte e sentir no retrato miserável um retrospecto. Acima de tudo, a maior tristeza para nós brasileiros, está ali caracterizado nas filas que se engrossam à espera do atendimento médico hospitalar. É o operário de Curitiba,

o lavrador do Paraná, é o homem que produz com o suor do trabalho e a constância dos dias que vive o triste abandono e nós, como homens públicos, verificamos que através dos dias que passamos na vida pública, que não adiantam queixas e não adiantam reclamações, meia dúzia de ricos continua cada vez mais ricos enquanto que os pobres continuam cada vez mais pobres. Houve a geada no Paraná que assolou 3 ou 4 estados deste País, geada que alcançou o fatídico destino da miséria que nós não sabemos quantos anos percorrerá a sua tragédia.

Houve, muita demagogia por parte do Governo, e a esperança do lavrador ainda permaneceu, ainda depois de decorridos um mês, dois meses, do fenômeno das geadas, e até agora, nenhuma tomada de posição efetiva feita por nenhum dos governos do Paraná, nem da União, para resolução do problema do lavrador deste Estado e dos estados que também sofrerão as consequências das geadas.

Foram publicados através dos órgãos da imprensa, apenas promessas através dos parlamentares, apenas esclarecimentos pelos governos mas, a resolução do problema ainda não veio.

E o que nós estamos vendo neste dia, é a tristeza do êxodo rural; é o lavrador que deixa o campo e vai para as cidades em busca de um emprego que não existe, em busca de um salário mínimo que também não está existindo. Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e o Governo também sabe, que é problema de governo, e se soluções não forem encontradas de imediato, se soluções não forem buscadas para a solução deste problema sério só Deus poderá saber o que acontecerá com o povo brasileiro já tão sofrido, inclusive com a alta do custo de vida.

Parece que sentimos, e por sentir devemos manifestar tantas e quantas vezes tenhamos condições de manifestar. Parece que a responsabilidade das nossas autoridades, desaparece de uma maneira afrontosa.

Se esconde num vazio que ante a realidade tão violenta que se percebe nos dias de hoje no Paraná e no Brasil.

Aqui, por exemplo, na Assembléia Legislativa do Estado, onde 54 Srs. Deputados representantes das mais diversas regiões do Paraná, se levantam na ânsia do cumprimento do dever, de pedir que se faça justiça ao povo tão sofrido do nosso Estado. E para nossa decepção pedimos ao Poder, e este Poder magestoso, sequer responde às indagações dos deputados, os representantes do povo do Paraná, com assento nesta Assembléia Legislativa do Estado. Já vimos outros deputados que por aqui passaram, reclamando porque os seus requerimentos de informações, a sua indagação a esta ou aquela Secretaria de Estado, não fora respondida dentro do prazo constitucional, dentro do prazo legal.

Esta mesma queixa fazemos daqui, neste instante. Encaminhamos quase 3 dezenas de requerimentos às mais diversas Secretarias deste Estado indagando sobre assuntos que se relaciona com problemas do povo do Paraná, principalmente com o povo da região que representamos, poucos destes requerimentos foram respondidos pelos Exmos. Srs. detentores do Poder, pelos Srs. Secretários do Governo do Estado do Paraná.

E nós perguntamos: o povo, por ventura, estará representado através de seus deputados na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná? E nós respondemos: claro que não está. Porque as palavras dos verdadeiros representantes do povo deste Estado, se perdem na penumbra do maciço das quatro paredes que aqui existem. O eco das denúncias não chega ao alto, o quando chega, é sufocado de uma forma violenta, quase criminosa, porque deixar de responder a indagações do representante do povo, dos parlamentares, é cometer crime contra o direito do próprio povo. Porque cada um de nós aqui, está com compromisso de falar em nome dos que nos trouxeram aqui, através do sufrágio pelo voto secreto universal.

Nós nos consideramos responsáveis por tudo de mal que acontece ao povo que habita as regiões deste Estado, porque somos obrigados a reclamar sobre o que está errado e buscar as soluções através dos órgãos do Governo.

Quando um Secretário de Estado dos Negócios do Governo não responde as indagações do parlamentar, ele comete crime de responsabilidade, isto é, diz a lei.

Mas, perguntamos nesta oportunidade. A quem devemos reclamar se este Secretário deixa de responder às nossas indagações? Ao Governo do Estado? Já o fizemos. Também não recebemos resposta.

Sr. Presidente, é lamentável que se tenha que dizer dentro deste Parlamento representativo do povo do Paraná, perante seu Governo, que começou muito mal a nova administração do Sr. Jayme Canet Júnior.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Lúcio Machado, acompanho o discurso de V. Exa., e vejo que V. Exa. está generalizando, principalmente no tocante aos requerimentos apresentados por V. Exa., alguns deles - segundo depreendi - contendo pedidos de informações, encaminhados ao Poder Executivo e ainda carentes de resposta.

Quer me parecer, eminente deputado, que os requerimentos de V. Exa. que contêm tão somente sugestões ao Poder Executivo, cabe ao Governo a análise e o enquadramento de seu programa de obras e, se válidas, deve aproveitá-las. Caso contrário, apenas agradecê-las.

Mas os pedidos de informações que por ventura esta Casa tenha aprovado e dentro do prazo constitucional o Executivo não os tenha respondido, tem V. Exa., amparo constitucional para promover o crime de responsabilidade e V. Exa. sabe poderá usar desse dispositivo para fazer valer o imperativo constitucional inerente ao cargo que V. Exa. aqui desempenha tão bem.

A título de sugestão, eminente Deputado, e para que não fiquemos num terreno de hipóteses, e para que se tenha o quadro completo, gostaria que V. Exa., numa oportunidade que V. Exa. determinar, V. Exa. trouxesse ao conhecimento do plenário a data que este Poder expediu o pedido de informações, e se possível, o protocolado do órgão do Poder Executivo que tendo recebido, não respondeu dentro do prazo constitucional.

O que quer me parecer, e quase tenho certeza, há uma determinação, governamental para todos os Srs. Secretários de Estado, para todos os auxiliares diretos e que têm responsabilidade nos setores da administração, devem responder não só para atender dispositivos constitucional, mas para atender o que o Sr. Governador determinou que se fizesse, a prerrogativa do Poder Legislativo de agir e a obrigação do Executivo de informar.

Se V. Exa. trouxer o fato concreto, a data de expedição do pedido de informação, e se tiver decorrido o prazo constitucional sem que a resposta tenha dado entrada nesta Casa, V. Exa. - tenho certeza - terá o amparo constitucional, para promover a responsabilidade criminal da autoridade que não cumpriu o dispositivo constitucional.

Era o pedido que desejava fazer a V. Exa. E de antemão devo acreditar que V. Exa. não estaria acusando esse descumprimento constitucional se o mesmo não tivesse sido ferido pelo Governo do Estado.

Era a sugestão que, neste aparte, me permitia a fazer a V. Exa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço a sugestão de V. Exa. E trarei essas informações assim que tiver de posse das mesmas.

E sobre sua referência ao texto constitucional, não haveria necessidade do mesmo ser lembrado por V. Exa., porque o conhecemos perfeitamente. E é motivo alto do texto constitucional que nos autoriza a mover processo de responsabilidade contra Secretários de Estado que deixar de prestar as informações no tempo determinado constitucionalmente.

Mas, nobre Líder do Governo, nesta Casa, V. Exa. há de convir que não viemos aqui para processar quem quer que seja, por abuso de poder, mas, sim para pedir que o Governo nos responda, que cumpra com sua obrigação, sem necessidade de estar

sendo cobrado constantemente.

E trarei, dentro em breve, uma lista de todos os requerimentos que tenho encaminhado através da Secretaria da Assembléia, aos mais diversos departamentos do Governo, principalmente às Secretarias, solicitando informações.

Às minhas mãos não chegou nada até agora. Naturalmente, com o decorrer do tempo, virão essas respostas. Mas, até agora, esses dispositivos não foram respeitados, se o ítem constitucional sobre o assunto, continuar a ser desrespeitado, nós iremos pedir, através da Executiva Assembléia Legislativa, que se mova um processo contra os Secretários de Estado que continuarem a deixar de responder requerimentos de Deputados que por aqui passam.

Porque cada requerimento que aqui fazemos, é requerimento de manifestação da necessidade comum, de alguma parte do povo do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, analisando de perto os acontecimentos, acontecimentos que abrem uma trilha funesta na economia do Paraná e do Brasil, verificamos que há necessidade de mais verdade na estrutura governamental, principalmente do Estado do Paraná. É preciso que se estenda, é preciso que este Estado entenda que não é possível um professor de nível primário, continuar recebendo, às vezes, menos que o salário mínimo, como acontece com o pessoal suplementarista, não só da Secretaria de Educação, mas de todas as Secretarias deste Governo.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo do Estado do Paraná entenda que a máquina administrativa é constituída por seres humanos, seres que se alimentam, seres que se vestem, seres que calçam sapatos, seres que precisam subsistir através da alimentação, vestimenta, medicamentos e todas essas coisas. Por isso mesmo, precisam receber para continuar confiantes na estrutura administrativa do Estado. Têm que receber vencimentos condizentes às suas necessidades e necessidades de sua família. O que acontece com o pagamento do funcionalismo público deste Estado, é um ato acima de tudo criminoso, contra a economia popular.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Agora V. Exa. está sendo injusto. Comete uma injustiça e eu não poderia calar diante da afirmação que V. Exa. faz. V. Exa. acaba de dizer que o professor do Paraná, principalmente o professor suplementarista percebe salários de fome, muitas vezes abaixo do salário mínimo. V. Exa. está sendo maldoso. V. Exa. ouviu quando arguido nesta Casa ao Secretário de Educação afirmou, e ninguém contestou, que o Estado do Paraná só está abaixo de São Paulo, e equiparado ao Rio Grande do Sul, no pagamento de aulas suplementares aos seus professores, e acima, com valores superiores, de todos os demais Estados desta Federação.

V. Exa. também não desconhece que o professor que tem padrão no ensino primário e médio no Estado do Paraná, está só abaixo de 3 estados, em nível salarial, porque o Estado da Guabara passou agora a pagar mais do que nós, só abaixo, portanto, de três estados da Federação.

E V. Exa. dá ênfase a seu discurso, quando se refere aos vencimentos dos professores, e diz que no Paraná se paga mal aos professores. Acho que V. Exa. deveria ser um pouco mais justo para com o Governo do Estado do Paraná, não com o atual, mas com todos os governos que se sucederam neste Estado. Porque há uma inverdade no que V. Exa. afirma e não ficaria bem para o líder do Governo, deixar de contestar essa afirmação, porque senão estaríamos passando um atestado de burrice para este plenário, acreditando no que o Sr. Secretário de Educação disse, e não foi contestado porque suas afirmações foram verdadeiras, e hoje vem desdizê-las, acreditando nas afirmações que V. Exa. está fazendo.

Era o reparo que precisava fazer, tinha necessidade de fazer para que V. Exa. não cometa tamanha injustiça nem com o

Estado do Paraná e nem com a classe dos professores paranaense, que não é professorado que passa fome.

Mas, por favor, nobre Deputado, não diminua tanto o nosso Estado. Ele está muito acima de outras unidades da federação graças ao valor da gente paranaense que fez a riqueza que o Estado tem e uma parte dela é distribuído entre aqueles que ajudam, na educação, a fazer a grandeza deste Estado.

O SR. LÚCIO MACHADO — O aparte de V. Exa. assina e passa um atestado de que a miséria não prolifera somente no Estado do Paraná, mas no Brasil inteiro.

Veja bem, ilustre Deputado representante do Governo nesta Casa, líder do Executivo na Assembléia Legislativa do Estado, que o professor primário do nível 8 neste Estado, se não me engano, recebe Cr\$ 564,00 por mês, que, subdividido, correspondendo os trinta dias menos de Cr\$ 20,00 por dia de trabalho.

A professora do nível primário, muitas vezes, principalmente em Curitiba, tem que tomar dois ônibus para chegar à sede de sua escola, pagando quatro passagens diárias, sendo obrigada na maioria das vezes, a não almoçar, porque se fosse almoçar o seu ganho, a sua renda diária não daria para o pagamento de um lanche. A professora do Paraná recebe Cr\$ 20,00 por dia para fazer um trabalho dos mais abnegados e dos mais importantes na estrutura não só do Estado como da Nação, e, no entanto, está recebendo, segundo a afirmativa de V. Exa. o beneplácito honroso e de justiça de um Governo que lhe paga muito bem, segundo V. Exa.

Quero ainda, apenas para complementar, dizer que V. Exa. age inteligentemente como um verdadeiro advogado na defesa, aliás, sua posição exige que seja inteligente no discorrer das coisas quando as denúncias são feitas ao Executivo do Estado, quando são formalizadas à máquina administrativa do Estado. Anteriormente não falei sobre o professor suplementarista, mas falei agora, meu nobre Deputado.

O professor suplementarista recebe menos de Cr\$ 20,00 por aula. Uma aula suplementar que corresponde na presença do professor, pelo menos, uma hora na classe, representa quatro horas de trabalho para o professor, pois ele tem que fazer a montagem da aula, tem que fazer a correção das provas da aula ministrada. São quatro horas de serviço, o professor suplementarista recebe menos de 20 cruzeiros por aula e V. Exa. afirma, de público, ao Paraná que o Governo deste Estado está fazendo justiça com o funcionamento do ensino, principalmente, disse V. Exa. com o professor suplementarista.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Primeiro V. Exa. está dando uma de inteligente, mas eu tenho que sair desta. V. Exa. está querendo me enrolar. Inicialmente não confessei que considero que o professor ganha bem. As notas taquigráficas registraram que eu disse que por tudo aquilo que dá ao desenvolvimento do Estado, deveria ganhar muito mais.

Disse a V. Exa. e V. Exa. confira que o Estado do Paraná é dentre os Estados da Federação, aquele que está entre os 3 estados que maior salário paga aos professores suplementaristas.

Agora tenho que me referir a uma outra observação de V. Exa., que a professora primária percebe 364 cruzeiros por mês, é a professora não qualificada, eminente Deputado, porque a professora de nível primário, a normalista, a professora de nível 16, quase 800 cruzeiros. V. Exa. não cita este fato, e há muitos anos que no Estado do Paraná não se nomeia mais professoras qualificadas. O professorado primário no Paraná é constituído por professores de nível 16, com vencimentos de quase 800 cruzeiros mensais, com direito a assistência médica, com direito a aposentadoria, com os quinquênios, eminente Deputado, com as vantagens próprias do funcionalismo público do Estado.

Quero, eminente Deputado, significar novamente, que, V. Exa. não me atribua qualidade que não tenho, a de estar satisfeito com o vencimento que o funcionalismo público percebe;

apenas signifiquei que o Estado do Paraná está dentre aqueles no Brasil, que percebe salário acima da média nacional.

Era este o aparte que eu tinha a oferecer a V. Exa., que, eu reitero a V. Exa. tão somente para que V. Exa. não cometa injustiças para com o Governo do Estado do Paraná.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa., mas lamento profundamente que V. Exa. sinta que uma professora de nível primário, com curso universitário, recebendo 800 cruzeiros por mês ou pouco mais por mês de trabalho, esteja, segundo afirmativa de V. Exa., recebendo o salário de justiça.

Nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os debates haverão de continuar por anos e anos seguidos, enquanto o Parlamento deste País não chegar ao fim de sua liberdade democrática.

Nós continuaremos vendo as injustiças e vendo também aqueles que conseguem muitas o sentido da palavra dizendo que essas injustiças são justiças caracterizadas; a aberração da desimportância sobre a vida comum do homem que participa da máquina administrativa reflete como prejuízo para o próprio erário público e ao próprio Estado do Paraná, e ao próprio Estado que que emprega aqueles funcionários, porque, um funcionário que recebe pouco produz pouco ou quase nada, e acima de tudo ele está sujeito a propinas oferecidas pelos atravessadores que levam prejuízos ao erário do Estado. É o que nós vemos, o que sentimos nos limites onde são colocadas os chamados fiscais de barreiras, por onde passa enorme quantidade de valores, o que corresponde a maior índice de impostos e tributos para o Estado, porque o fiscal, necessitado, movido pela fome, pela necessidade e pela miséria que o Estado impõe, recebe, do sonegador, as propinas necessárias para que ele possa continuar a viver e fazer sobreviver sua família. Se estes funcionários fossem bem pagos, se recebessem salários condizentes com a sua existência e de sua família seriam um funcionário exemplar, e evidentemente trariam maior rendimento para o Estado e não haveria a existência do sonegador. A filosofia de pagar quase nada ao funcionário é a pior filosofia de estrutura administrativa e assim, Sr. Presidente Srs. Deputados, nós vemos, por exemplo, na barreira de Melo Peixoto, onde mais de 25 funcionários daquele posto fiscal prestam serviços ao Estado como pessoal contratado, são os P.F.S. recebendo, chefes de família que prestam serviços naquela localidade, criminosamente recebendo vencimentos até de 268 cruzeiros por mês. Pergunto a V. Exa. Há justiça no procedimento da estrutura administrativa do Paraná, quando o Governo não pode desconhecer que o salário mínimo é o mínimo que se pode pagar a alguém que presta qualquer tipo de serviço. Mas as nossas palavras perdem-se entre as quatro paredes deste parlamento. Nós sentimos a nossa responsabilidade perante o povo do Paraná que representamos, em nome deles, as nossas vozes, as nossas palavras e nem se quer conseguem se transportar além das portas dos umbrais da Casa do povo.

O povo continua chorando, o povo continua marchando pela estrada da miséria, instituída e mantida por um sistema de Governo que sente a dor que o povo sente, este povo que constroe esta nação grandiosa. Não faz muito, Sr. Presidente, os homens que comandam este País enfatizaram, através de manchetes extraordinárias notícias que representavam a grande esperança representavam a grande esperança deste País, a notícia sobre distensão política, a volta do regime a uma democracia onde a liberdade fosse a expressão mais alta da gente brasileira. Esvaziou-se a esperança de que os sindicatos traduzissem a voz ativa, a participação ativa na defesa dos diretos da classe menos favorecida, vazias na esperança de que o povo fosse ouvido, e de que o povo fosse dialogar, de que o povo fizesse parte da administração, entretanto, não demorou a fala do Exmo. Sr. Presidente da República em colocar um ponto final nas esperanças do regime democrático do povo brasileiro, as vossas responsabilidades estão de pé, somos tão responsáveis pela representação do povo porque a ele prometemos e prometemos solenemente em muitos e mui-



tos lugares, nos quatro cantos do Paraná, e o povo nem sabe que estamos aqui tudo fazendo, dando tudo para que a sua palavra, os seus reclamos sejam ouvidos por alguém e resolvido por alguém que tem obrigação de resolver.

E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vimos a esta tribuna, numa constância destes governos que já se decorreram neste Paraná. Daqui, indagamos; daqui, denunciaremos fatos.

Daqui, pedimos justiça aos Srs. Deputados, fazendo com que a voz deste parlamento, fosse ouvida e sentida na busca das resoluções dos problemas do povo paranaense. Haveremos de continuar até o último instante do nosso mandato, procedendo da mesma forma como sempre fizemos até agora. As nossas palavras haverão de ser proferidas na constância da duração do nosso mandato. E se nada for resolvido em favor da gente do Paraná, das classes oboeiras do Paraná, sairemos daqui com a cabeça erguida porque cumprimos com o nosso dever, não calamos diante deste Governo, nem sequer quando nossos pedidos de informações, nossas indagações não foram respondidas, principalmente, pedidos de informações de deputados de meu partido, do MDB.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito Obrigado.

—(SEM REVISÃO DO ORADOR)—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

Declinando da palavra, concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Grande Expediente, Srs. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados Pretendia fazer hoje um pronunciamento com referência à nossa cafeicultura, mas, certo, de que o tempo que me restaria para ocupar esta tribuna, não seria suficiente, deixamos para uma outra oportunidade.

Mas, neste momento, quero registrar com satisfação, neste momento em que mais precisamos de representantes da cafeicultura e de nosso Estado junto ao IBC, é com satisfação que nós registramos a presença do eminente paranaense que ontem assumiu a presidência da Junta Consultiva do INC. É motivo de alegria não só para os paranaenses, mas como para os demais estados produtores de café. E por este motivo, estamos encaminhando à Mesa um requerimento nos seguintes termos' (Lê):

"Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer seja consignado em ata dos trabalhos desta Assembléia Legislativa um voto de regozijo pela investidura, ocorrida, ontem, do Sr. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS JR, na Presidência da Junta Consultiva do Instituto Brasileiro do Café. Fato esse que, ao fazer justiça ao Estado do Paraná, reconhece os elevados méritos e atributos do representante do nosso Estado naquela Junta, e que mercê da sua capacidade e conhecimentos técnicos prestou relevantes serviços no setor de produção como Secretário de Agricultura do Paraná.

Da manifestação desta Assembléia, solicitamos, ainda, seja dado conhecimento ao homenageado e ao Presidente do IBC.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1975."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Grande Expediente, Srs. Deputado Nilso Sguarezi.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

Tendo declinado, concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Quielise Crisóstomo.

O SR. QUIELISE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde é um fato aparentemente novo. Digo aparentemente novo, porque na forma como foi colocado como nos foi trazido, é fato singular.

O município de São José dos Pinhais, por ser um município próximo à Capital, por ser uma cidade satélite de Curitiba, sempre teve dentro de seus problemas administrativos um de capital importância, que é o problema policial.

Há muito tempo politicamente milito naquele município, é bem verdade sem muita expressão política, mas com muita vivência com aquele povo.

Em data de ontem fui surpreendido por um fato "sui generis" na administração. Sempre recebemos reclamações quando há interesses a respeito de chefias, a respeito de cargos. Sempre são apresentados comentários negativos e apresentadas críticas com referência a posições ocupadas muitas vezes por companheiros nossos.

É a primeira vez que chega às minhas mãos um documento endereçado pela maioria da Câmara Municipal de São José dos Pinhais e um outro assinado pela maioria do diretório da ARENA daquele município e, além disto, há minutos atrás a palavra de algumas pessoas ligadas à administração do Executivo daquele município e também a palavra de um grande líder arenista de São José dos Pinhais, o Deputado João Mansur.

Foram tecidos comentários - a Câmara e o Diretório em documento escrito, comentários esses no sentido de parabenizar a atuação do Delegado de Polícia de São José dos Pinhais.

Então, diante deste fato que não deveria ser singular mas é, entendi que devesse, como um dos representantes daquele povo, talvez um de menor expressão política, fazer uso da tribuna, para também daqui parabenizar a atuação do Capitão Jurandir Loureiro Feltrin, que na Delegacia de Polícia do município de São José dos Pinhais, mereceu apoio pelo menos de todas as grandes lideranças políticas, coisa muito rara e difícil de acontecer.

Quero depois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, juntar a minha a daqueles que já se pronunciaram por escrito, a manifestação e apoio ao Delegado Jurandir Loureiro Feltrin que, nesse episódio, faz inserir seu nome dentre os singulares Chefes de Delegacia de Polícia deste Estado, e que tem merecido o apoio maciço daquele povo, e quero crer, também dos Deputados desta Casa que têm vivência política naquele município.

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente. — Necessita de apoio — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 131/73, de autoria do Dep. David Federmann, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais — S.O.S., da cidade de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 147/74, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar e instalar cursos de primeiro e segundo Grau, em Santa Cruz, município de Catanduvas. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. APROVADO.

PROJETO DE LEI Nº 147/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, a criar e instalar cursos de 1º e 2º Grau, na localidade de Santa Cruz, município de Catanduvas.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

a) ODILON REINHARDT

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Santa Cruz, no município de Catanduvas, região oeste do Estado do Paraná, tem acompanhado e contribuído de forma especial para o progresso e desenvolvimento apresentado àquele município.

Apresentando população considerável, de há muito vem sentindo profundamente a carência de escola naquela região.

Bastante distante da sede do município, a sua juventude em idade escolar, tem interrompido em índices bastante grandes os bancos escolares, pois vêem-se impossibilitados de prosseguir estudando por não haver em sua localidade os cursos que se seguem ao primário.

Em face de tudo que até o presente expusemos, é que nos permitimos apresentar o projeto de lei, que tem como objetivo principal, caso seja aprovado e sancionado pelo Executivo, dar cada vez mais melhores condições de desenvolvimento ao município de Catanduvas e em especial à região oeste do Estado do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 147/74

PARECER

Tratando-se de mera autorização legislativa, que não fere qualquer preceito de ordem legal, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 147/74

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar e instalar cursos de 1º e 2º Grau, na localidade de Santa Cruz, município de Catanduvas.

Já emitiu parecer favorável a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro, que cabe a esta Comissão analisar, nada temos a opor, até porque trata-se de um plano de lei meramente autorizatório.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) GABRIEL MANOEL — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 147/74

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre ex-Deputado Odilon Reinhardt, visa autorizar o Poder Executivo, através

da Secretaria de Educação e Cultura, a criar e instalar Cursos de 1º e 2º grau, em Santa Cruz, município de Catanduvas.

Seguindo a orientação das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, que se pronunciaram favoravelmente à matéria, e por se tratar, efetivamente, de projeto meramente autorizatório, nosso parecer é pela aprovação deste plano de lei. É o parecer.

Sala das Comissões,

a) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

a) NELSON BUFFARA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 52/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que dá nova redação ao artigo 181, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 52/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O art. 181, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

“As gratificações de que tratam os incisos I a V, do art. 172, serão mantidas nos casos de afastamento previstos nos itens I, II, III, VI, XI, XII, XIII, XV, XVII e XVIII, do art. 128”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

O Projeto que estamos submetendo a apreciação do Plenário, vem sanar uma lamentável falha, quando da elaboração do Projeto que originou a Lei em pauta.

O funcionário público, por um erro de datilografia no ante-projeto e que também passou despercebido desta Assembléia, viu-se praticamente privado de uma série de vantagens que seriam concedidas pelo seu Estatuto. Isso porque, aquele servidor que hoje está profissionalizado, trabalhando em período integral em sua repartição, percebendo gratificação de representação, gratificação por serviço extraordinário ou ainda gratificação pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, não pode mais afastar-se de seu cargo para descanso ou recuperação de saúde física ou mental.

Essas vantagens que o Estatuto dos Funcionários Públicos acena e que passaram a fazer do orçamento de cada um, o servidor não pode perdê-las, seja a que título for, evitando assim, de todas as maneiras o afastamento do cargo.

A Consolidação das Leis do Trabalho ampara o trabalhador, na parte de sua recuperação ou descanso pelas férias, inclusive após a instituição do 13º salário, o qual pode ser retirado pela metade quando o empregado entra em gozo de férias, após doze meses de trabalho. A prova de que houve um equívoco na elaboração da lei, é que o “instituto” das férias previsto na C.L.T. não admite redução salarial quando o empregado solicita o benefício acima mencionado.

Senhores Deputados, tal distorção não pode continuar e é esta a razão que nos levou a apresentar este Projeto de Lei, visando reparar uma falha de datilografia, com alcance tão profundo, mas que existe no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 52/75

PARECER

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, objetiva dar nova redação ao art. 181, da Lei número 6.174, de 16 de novembro de 1970.



Efetivamente nota-se que, quando da elaboração do anteprojeto do Estatuto dos Funcionários Públicos do art. 181, que priva o servidor de vantagens que ele não pode perdê-las, sob pena de ficar desfalcando no seu orçamento. Por exemplo, o funcionário, hoje, não pode gozar férias, porque perde a gratificação que percebe pela prestação de serviços extraordinários<sup>^</sup> e não há dúvida de que o gozo de férias, para os que trabalham, constitui uma necessidade de recuperação de energias, tanto físicas como mentais.

Portanto, não deve perdurar, na Lei que rege os funcionários públicos estaduais, o erro mencionado e corrigi-lo é o objetivo deste plano de lei que, embora com tardança, vem ao encontro das mais justas e merecidas pretensões da valorosa classe dos servidores públicos.

Nestas condições, já que quanto ao aspecto legal e constitucional nada há que possa obstar a sua tramitação, e considerando a louvável e oportuna iniciativa do seu ilustre autor, nosso parecer é favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 52/75  
PARECER

De autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, este Projeto de Lei objetiva dar nova redação ao artigo 181, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer pela aprovação do Plano de Lei em exame.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada existe que possa servir de obstáculo à sua tramitação nesta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1975.

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
a) GILBERTO CARVALHO — Relator

Sobre o referido Projeto de Lei, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, no seguinte teor:

“Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente requer, ouvido o plenário, a retirada da Ordem do Dia, por trinta (30) sessões, o Projeto de Lei nº 52/75, de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1975.

- a) IVO THOMAZONI.

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Romano Moras, ocorrido na cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo, pela investidura, do Dr. José Cassiano Gomes dos Reis Júnior, na Presidência da Junta Consultiva do Instituto Brasileiro do Café. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não seria justo que, ao votarmos o requerimento de autoria do eminente Deputado Gilberto Carvalho, requerimento de regozijo pela ascensão do ex-Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado do Paraná à Presidência da Junta do IBC, deixás-

semos de lembrar e de significar o trabalho gigantesco e patriótico demonstrado durante tantos anos na Presidência do IBC, por um ilustre paranaense que, hoje, acabado, com idade avançada, deixa a presidência do IBC e o faz sob os aplausos de todos os brasileiros.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao grande paranaense, Cel. Paula Soares, que dignificou a gente paranaense no desempenho das altas funções de Presidente da Junta do IBC. Vejo, com satisfação, que aquele eminente homem público é substituído por outro paranaense ilustre, homem profundo conhecedor do delicado problema e da comercialização do produto, que ainda é hoje, a nossa principal fonte de divisas.

Mas, ao apoiar a iniciativa do eminente Deputado Gilberto Carvalho, desejava significar, para registro nos Anais desta Casa, do muito que o Paraná deve ao Coronel Paula Soares por tudo aquilo que ele soube significar sempre com a sua personalidade de homem probo, de homem justo, de profundo conhecedor dos problemas cafeeiros.

Portanto, Sr. Presidente, apoiando a iniciativa do eminente Deputado Gilberto Carvalho, por ser das mais justas, não poderia deixar de significar o valor do homem que deixa o lugar, naturalmente enaltecendo as qualidades daquele que o sucederá. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta presidência solidariza-se com S. Exa.

Deputado Ivo Thomazoni, pela justiça do seu pronunciamento, porque o Cel. Paula Soares é uma das reservas morais da vida pública de nosso Estado.

Continua em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Cel. Perachi Barcelos, Diretor do Banco do Brasil S/A., Região Sul, com manifestação de aplausos, pela criação da Agência do referido estabelecimento de crédito na cidade de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado, Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Governador do Estado, para apreciação da TELEPAR, visando a proteção e interesse dos assinantes de lista telefônica. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, à hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 127/74 e 147/74.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nº 53/75 e de Lei nº 03/75.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 21, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 50/75, 51/75 e de Lei nºs 51/74, 178/74, 40/75, 56/75 e 70/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 443/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7948, de 12 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, DILMA APARECIDA LUDGERO DA SILVA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado NILSO SGUARZI, até 31 de dezembro de 1975. —

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.